

A agenda verde e marrom



MARCELO
NERI

O Brasil é signatário das metas do Milênio da ONU que comprometem o país com a queda no déficit de saneamento básico à metade nos 25 anos entre 1990 a 2015. A mesma ONU anunciou 2008 como o Ano Internacional do Saneamento Básico. O Brasil está cumprindo a meta? 2008 foi mesmo o ano do saneamento? O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado em 2007, já impacta a oferta de esgoto no país? Onde o saneamento empacou? O salto de saneamento dado no Rio Olímpico em 2007 se repete em 2008 ou voltamos à estagnação anterior? Quais são as surpresas das cidades-sedes da Copa de 2014? Essas são algumas questões da chamada agenda verde e marrom (leia-se número 1 e 2). Mal comparando na chamada agenda verde estamos preocupados em fazer o Brasil chegar ao século XXI (e depois), já na agenda verde e marrom a preocupação é tirá-lo do século XIX.

O fato das principais vítimas da falta de saneamento serem crianças sem voz ou voto cria dificuldades à expansão do esgoto. Nesse caso a atuação da sociedade civil é fundamental para cobrir a falha do mercado eleitoral. A maior

pressão local associada ao calendário eleitoral possibilitariam cumprir o desígnio da ONU de transformar 2008 no ano do saneamento básico. O que aconteceu desde então?

Foram lançadas diversas edições da pesquisa do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas a pedido da ONG Trata Brasil sobre a falta de saneamento básico no Brasil e suas consequências (www.fgv.br/cps/tratabrasil5). Focamos aqui na evolução da oferta de redes de esgoto. Na primeira pesquisa, projetamos para o futuro o que houve nos 14 anos anteriores (até 2006), uma taxa de redução anual do nosso déficit de rede geral de esgoto de 1,31% por ano, ritmo menos de 1/3 daquele observado ao da pobreza, de 4,2% por ano. De lá para cá, as PNADs 2007 e 2008 reservaram uma aceleração da queda do déficit para 4,18% ao ano, as duas maiores reduções isoladas da nova PNAD que começa em 1992. No ritmo do biênio 2007-08 o déficit de saneamento cairia em 16 anos a metade do seu valor inicial, ao passo que ao ritmo assumido entre 1992 a 2006 seriam 56 anos.

É visível a aceleração na velocidade de redução do déficit de rede de esgoto a partir de 2007. Se de um lado, parece prematura a associação com o lançamento do PAC pelas defasagens envolvidas no processo, por outro houve a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e a nova lei do Saneamento Básico. Agora, tomando o quinquênio 2003 a 2008, ape-

sar da aceleração recente, o Brasil ainda estaria abaixo do ritmo requerido para o cumprimento das metas em 25 anos.

Só agora em pleno século XXI (pouco) menos da metade da população brasileira, 49,1%, não dispõe de acesso a rede geral de esgoto. Ou seja, o copo está meio vazio. Nas capitais o déficit de saneamento chega a pouco menos de um terço (32,5%) Onde se avançou mais e onde se avançou menos nesse trajeto? Fazemos um zoom nas capitais e nas regiões metropolitanas. Essa abertura de informações atuais permite endereçar causas e consequências da falta de saneamento num nível mais próximo do cidadão comum, permitindo responsabilizar a respectiva esfera municipal, como a lei do saneamento determina. Um avanço metodológico é isolar os microdados de 2008 das 27 capitais brasileiras. Essa abertura espacial de informações permite endereçar a questão do saneamento não só a um nível mais perto do cidadão e das externalidades emanadas como também no nível de responsabilização que a nova Lei do Saneamento determina: a esfera municipal. No caso aqui dos municípios das capitais, seja pela concentração da população, seja pela visibilidade, são as caixas de percussão dos eventos nacionais com maior possibilidade de endereçamento do problema de falta de esgoto do ponto de vista econômico e estatístico, função da maior renda e população.

Se dividirmos as capitais dos estados brasileiros em sedes e não sedes da Co-

pa do Mundo de 2014, observamos nas primeiras que o acesso à rede coletora de esgoto ainda é hoje mais do que o dobro das segundas. Agora, no último ano, houve uma goleada em termos de avanço (cresceu 10,6% contra 2,1% das sedes). Entre as capitais brasileiras o destaque é Belo Horizonte, 97,4%; Salvador, 92,5%; São Paulo, 90% seguidos de Curitiba, Rio de Janeiro e Brasília, ainda entre as sedes da Copa do Mundo de 2014. A lanterna fica com Manaus, 33,4%; Porto Alegre, 32,9% e Natal 18,5%. Cidades com Copa mas sem esgoto.

No ritmo do biênio 2007-08 o déficit de esgoto cairia à metade em 16 anos, contra os 56 anos na taxa observada entre 1992 a 2006

Aproveitando a identificação dos municípios das capitais para comparações entre os programas Bahia Azul e o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), ambos baseados em aumento da oferta de saneamento básico que ocupam lugar de destaque nas pesquisas lançadas pela FGV junto com o Instituto Trata Brasil. Senão vejamos: a taxa de acesso domiciliar a rede geral de esgoto no município de Salvador passou de 43% em 1996 para 92,51% em 2008. Com avanço de 49,5 pontos de porcentagem em 12 anos, supera a taxa apresen-

tada pela capital do Rio de Janeiro (85,82% em 2008). O Rio, que em saneamento básico tinha uma dianteira de 35 pontos em relação a Salvador, hoje está atrasado em quase 7 pontos. O ano da ultrapassagem foi 2001. Ou seja, não é só uma questão de ter recursos e programas, mas de gestão dos mesmos.

Uma limitação é que olhamos só para a coleta de esgoto quando o ideal é que as empresas colem e tratem o esgoto antes de devolvê-lo ao meio ambiente. A coleta é apenas uma condição necessária para o bom funcionamento do processo de saneamento básico. Utilizamos dados nacionais de acesso a esgoto nas escolas e domicílios brasileiros a fim de captar o acesso à rede geral de esgoto. Observamos uma relativa aderência entre as taxas de cobertura de rede geral nas escolas e as percebidas nos domicílios pelo menos no âmbito das capitais das unidades da federação. Assim como acontece no ranking domiciliar, Belo Horizonte também é capital líder em taxa de acesso a rede de esgoto nas escolas, com 99,65%; enquanto Porto Velho ocupa o extremo oposto, com apenas 9,3%. Notamos que a ordem do ranking pouco muda na comparação dos dados reportados por escolas e por domicílios.

Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor de "Retratos da Deficiência", "Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas" e "Ensaio sociais".
E-mail: mcneri@fgv.br